



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional**

**Sub-eixo: Fundamentos do Serviço Social**

## **SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO LGBTQIA+: APROXIMAÇÕES HISTÓRICAS E EXPRESSÕES INTELLECTUAIS E POLÍTICAS**

**EULER ANTONIO CAMPOS <sup>1</sup>**

### **RESUMO:**

O artigo analisa a relação do Serviço Social com a questão LGBTQIA+, com base na produção intelectual e política presente nos anais dos CBAS e ENPESS de 2016 a 2022. A pesquisa identificou duas tendências: uma alinhada à teoria social crítica de Marx e outra mais diversa, que incorpora conceitos de diversos campos e tendências reformistas e pós-modernas, sendo esta última predominante.

**Palavras-chave:** Serviço Social; LGBTQIA+; tendências teóricas.

### **RESUMEN:**

El artículo analiza la relación del Servicio Social con la cuestión LGBTQIA+, a partir de la producción intelectual y política expresada en los anales de los CBAS y ENPESS que ocurrieron entre 2016 y 2022. La investigación identificó dos tendencias: una referenciada en la teoría social crítica de Marx y otra más diversa, que absorbe conceptos de diferentes campos y tendencias reformistas y posmodernas, predominando esta última.

**Palabras clave:** Trabajo Social; LGBTQIA+; tendencias teóricas.

## **1 INTRODUÇÃO**

A trajetória histórica do Serviço Social brasileiro é marcada por contradições, desafios e avanços. Da conjuntura da década de 1930, que marcou a criação da profissão no Brasil, até a decisiva virada crítica que respira até a contemporaneidade, se desenvolveu sob as influências da realidade sócio-histórica brasileira. Expressa-se num projeto profissional fortalecido, com maturidade teórica e avanços importantes na esfera da intervenção profissional.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Juiz de Fora



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Que reforça suas bases marxistas, fundamental para a guinada rumo à construção de um Serviço Social aproximado da realidade dos sujeitos da ação profissional – a classe trabalhadora brasileira. Este mesmo projeto foi fundamental para a aproximação e defesa, pela categoria, da questão LGBTQIA+ pela profissão, compreendendo-a como expressão da luta de classes, e fundamental para o avanço na consolidação do Projeto Ético-Político Profissional (PEP).

No presente trabalho, parte da pesquisa de mestrado do autor, analisaremos, em um primeiro momento, o desenvolvimento da profissão no Brasil. Conjuntamente, analisaremos a trajetória do movimento LGBTQIA+, buscando perceber as aproximações existentes entre o desenvolvimento de ambos. Como sustentação da pesquisa, analisamos como a categoria de assistentes sociais têm se expressado intelectual e politicamente sobre o tema, a partir da análise dos anais das 15<sup>a</sup>, 16<sup>a</sup> e 17<sup>a</sup> edições do CBAS, e nas edições do ENPESS ocorridas em 2018 e 2022. Assim, objetivamos compreender os avanços e desafios na relação dos fundamentos teóricos do Serviço Social brasileiro na produção de conhecimento sobre a questão LGBTQIA+.

## **2 SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO LGBTQIA+: aproximações históricas**

Característico das primeiras propostas do Serviço Social até a década de 1960, o escopo de formação se direcionava a preparar um profissional capaz de adequar a gama de trabalhadores às perspectivas morais da classe dominante brasileira. Pereira (1944, n.p apud Aguiar, 1995, p.33), aponta que o Assistente Social necessitava de “uma formação moral muito solidamente edificada sobre uma base de princípios cristãos” para garantir a efetividade da atuação profissional, no combate aos “desajustamentos individuais e coletivos”.

[...] a racionalidade eugênica a qual o Serviço Social adere é em muito fruto do que podemos considerar como um compósito eclético, que envolvia da produção de médicos sanitaristas e higienistas até sermões de líderes católicos, o que essas diferentes indicações acerca da racionalidade eugênica tinham em comum, porém era a adoção de uma interpretação do social por via de fenótipos, que explicavam e justificavam o lugar que certos sujeitos detinham no interior da sociedade (De Oliveira, 2019, p.254-255).

Insta salientar que, a concepção dominante relativa à homossexualidade daquele mesmo período não se distinguia das concepções postas às formulações assimiladas pelos assistentes sociais (elemento que contribui para reafirmarmos o Serviço Social na história). As práticas homossexuais eram tratadas no campo da medicina-higiênica, de viés funcionalista, compreendendo-a enquanto patologia perigosa para uma sociedade “saudável”. Sem muitos



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

aprofundamentos, podemos inculir que o Serviço Social esteve posto às ações de controle e normatização das expressões de sexualidades ideologicamente rejeitadas pela hegemonia dominante em sua rotina interventiva. É certo que durante o período inicial da profissionalização do Serviço Social a produção sobre a área era limitada (Iamamoto, 2014a).

Na esteira das transformações sociais, a conjuntura da América Latina possibilitou ampliar as reflexões sobre a profissão, observada na experiência real da relação com a classe trabalhadora do Cone Sul. As reflexões ganharam organicidade a partir de grupos de assistentes sociais que questionaram a natureza da intervenção profissional. Este processo é reconhecido como *Movimento de Reconceituação*. Encontramos neste movimento os elementos que oferecerão a condição de pensar criticamente a profissão no Brasil e oferecer os profícuos elementos que, até os dias atuais, sustentam o PEP (Abramides; Cabral, 1995; Abramides, 2006; Iamamoto; Santos, 2021; Netto, 2005).

O Movimento de Reconceituação<sup>1</sup>, localizado entre as décadas de 1965-1975, permitiu que o Serviço Social latino-americano avançasse em sua crítica ao tradicionalismo profissional e construísse uma nova racionalidade para a profissão, desencadeando um processo de “revisão crítica do Serviço Social no continente” (Iamamoto, 2006, p.205). Entre o fim da década de 1960 e início 1970, pesa a crítica ao nomeado Serviço Social tradicional (Netto, 2005). Sua gênese está assentada na rejeição ao “trabalho cotidiano do/a assistente social enredado nas malhas da ação burocrática, rotineira, assistemática, de raiz funcionalista voltada à adaptação e/ou integração dos indivíduos, grupos e comunidades à sociedade instituída” (Iamamoto; Santos, 2021, p.43).

Este movimento crítico trouxe possibilidades para um processo de revisão das bases ideológicas da profissão no Brasil, que vai pôr-se em movimento no processo de Renovação do Serviço Social brasileiro. Este processo vai representar um conjunto de investidas para fundamentar e consolidar novas características à natureza do Serviço Social, sua prática e teoria.

O processo de Renovação do Serviço Social brasileiro carrega suas particularidades no contexto histórico voltado à “modernização conservadora” no padrão capitalista brasileiro – com aceleração da industrialização para viabilizar o desenvolvimento econômico do país, mantida a histórica dependência aos interesses dos monopólios internacionais e da subalternização da classe trabalhadora à classe dominante que se impõe mais intensamente político, econômico e culturalmente -, no ciclo autocrático burguês (Netto, 2015). Expressa na vida dos trabalhadores,

---

<sup>1</sup> Ver mais em Netto (2015).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

que se ampliaram em número, aglutinados nos centros urbanos, as refrações da contradição entre capital e trabalho se multiplicavam a partir do projeto de desenvolvimento em curso à época.

Nesse caminho, a questão social é colocada à gestão deste Estado específico: a ditadura militar. Que, por sua vez, incidiu a várias categorias profissionais, mas com uma “ponderável reformulação do cenário do Serviço Social”, requisitado para o controle da força de trabalho e na manutenção da sua reprodução (Netto, 2015, p.157). As reformulações atingiram desde a expansão do mercado de trabalho até a sua prática e formação profissional, nos últimos casos, o mercado passa a exigir um assistente social “moderno” em que pese o deslocamento dos traços tradicionais para a substituição por traços “racionais”, numa perspectiva técnico-burocrática (Netto, 2015). Por outro lado, florescem certas possibilidades: com a “modernização” profissional, amplia-se a inserção da profissão no espaço universitário e no seu contato com outras disciplinas das ciências sociais, dando lugar ao processo de laicização da profissão, bem como um “padrão acadêmico” que possibilitou construir a crítica teórica à própria autocracia (Netto, 2015).

A conjuntura ditatorial incidiu ideologicamente na concepção social relativa à homossexualidade. Propagou a combinação entre o anticomunismo e a moralidade pública - sustentada em valores conservadores e reacionários. Sob essa perspectiva,

[...] atentar contra a moral e os bons costumes seria menos um fim em si mesmo e mais uma tática insidiosa, no bojo de uma “guerra psicológica adversa” para promover uma revolução anticapitalista por meio do enfraquecimento dos pilares da nossa sociedade: a religião cristã e a família (Quinalha, 2017, p.44).

Nesse cenário, produzia-se a concepção de que a homossexualidade constituía uma ameaça à segurança nacional. Estabelecia-se uma ligação entre a homossexualidade e os ideais comunistas, resultando na determinação de combatê-la.

As forças de segurança, portanto monitoraram e policiaram a homossexualidade por várias razões nas duas décadas após 1964. Seguindo tendências históricas, nacionais e internacionais ideólogos da segurança nos anos 1960 teorizavam o homossexo como parte de uma série de ameaças degenerativas à segurança nacional anticomunista (Cowan, 2014, p.29).

Este processo atravessa as primeiras organizações coletivas que tinha a homossexualidade como identificação de luta. Exemplo como o jornal SNOB, criado em 1963 e descontinuado em 1979; dentre outras organizações espalhadas pelo Brasil que tiveram suas históricas apagadas, demandando significativo trabalho de resgate de pesquisadores e pesquisadoras contemporâneas.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

A década de 1970 é marcadamente um período de crise estrutural global do capital (Mészáros, 2011). Os impactos da crise e o fracasso do modelo econômico conhecido como “milagre econômico” desestabilizam a organização da ditadura no Brasil, que começa a apresentar seu declínio, impulsionado pelas fortes pressões e mobilizações sociais internas. No processo efervescente de mobilizações vistas à época, começava a se abrir um campo de possibilidades para alterar as perspectivas teóricas sobre a homossexualidade no Brasil, com influência direta de países centrais; foi também o momento de fortes mobilizações da categoria de assistentes sociais em torno do avanço da profissão.

No campo da sexualidade, dentre os diversos questionamentos produzidos, entravam em cena o que nomearam de “modelos de normatividade” em relação ao sexo, gênero e à sexualidade. Nesse caminho, a perspectiva pós-moderna articula novas propostas interpretativas da realidade, com destaques aos estudos culturalista e os pós-modernos/pós-estruturalistas. Ambos acabaram por contribuir para a ampliação dos debates que emergiram, especialmente na produção sobre os nomeados grupos “minoritários”: as mulheres, a população negra, os homossexuais, dentre outros.

No Serviço Social, floresce a *intenção de ruptura*<sup>2</sup> com o conservadorismo (Netto, 2015). Com forte expressão na década de 1980, mas com significativa experiência na primeira metade da década de 1970 com a experiência de Belo Horizonte<sup>3</sup> (Netto, 2015) e, em 1979, no III CBAS, conhecido como o “Congresso da Virada”. A profissão se aproxima da tradição marxista, o que permite ampliar os referenciais para a sustentação crítica às direções anteriores, realizando uma incursão sistemática ao tradicionalismo profissional e seus fundamentos vinculados à ideologia dominante. É na construção e conseqüente efetivação deste momento, que se

[...] constitui por estabelecer as bases teórico-políticas do PEP – Projeto Ético – Político Profissional, explicitado como terceira tendência da Renovação do Serviço Social, apresentando – se de forma distinta nos diversos momentos de seu desenvolvimento: gênese, evolução e consolidação (Abramides, 2006, p.117).

Conforme apontado, se por um lado o Serviço Social avança em direção à hegemonia da teoria crítica para sua virada; por outro, no campo da questão sobre a sexualidade a disputa teve

<sup>2</sup> Segundo Netto (2015), o processo de renovação do Serviço Social brasileiro, na esteira do movimento de reconceituação do Serviço Social Latinoamericano, pode ser organizado em três direções: A primeira foi a *perspectiva modernizadora*; a segunda, tendência denominada *reatualização do conservadorismo*; e a terceira, a tendência de *intenção de ruptura* com o conservadorismo. Ver mais em Netto (2015).

<sup>3</sup> A sistematização de uma proposta metodológica feita pela escola mineira, “foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo” (Netto, 2015, p.352). No entanto, a experiência é descontinuada em 1975, a partir da demissão das suas principais idealizadoras (Netto, 2015).



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

outros contornos. Os estudos culturalista e os pós-modernos/pós-estruturalistas foram importantes para emergir e disputar o debate da sexualidade e de gênero no espaço público. Contudo, é importante salientar que se colocam em um limite objetivo de análise frente à perspectiva materialista histórico-dialética (que é rejeitada por estes teóricos). Ambas se estruturam na negação da análise de totalidade, das conexões estruturais, os processos e causalidades históricas, dentre outros processos para a construção da razão, creditando a produção de conhecimento na linguagem, na cultura e no discurso (Wood, 2006); defendem a “singularidade e especificidade dos fenômenos sociais como expressões isoladas e fragmentadas, sem inter-relação entre si” (Paula, 2021, p.158). Em especial, os estudos Culturalistas, dão “centralidade das questões de gênero e sexualidade para a compreensão do próprio poder” (Hall, 2003, p. 209); tudo sob a ótica das ideias outras serem rígidas demais para o movimento da realidade (Hall, 2006).

Vale destacar que, no campo da esquerda tradicional, concomitantemente, houve uma certa recusa às questões relativas à sexualidade. Era entendida majoritariamente como uma degenerescência burguesa e que seria superada com as mudanças estruturais.

Tal leitura disseminou com muita força ideológica que a agenda em defesa da diversidade significava um entrave à formação da consciência de classe e que representava um certo atraso, decorrente de possíveis capitulações de militantes e organizações políticas ao universo pequeno-burguês. A ideia prevalecente é de que as formas de opressão, além de completamente apartadas dos processos de exploração da força de trabalho, tenderiam a se resolver de forma “mágica” com a superação do sistema do capital (Santos, 2019, p.72).

É nesse quadro sustentado pela ideia da “crise dos paradigmas”, da rejeição pela esquerda tradicional, da recusa à racionalidade, com forte influência da nomeada “nova esquerda”, que as reflexões teóricas sobre sexualidade no campo “progressista” ou autoproclamado crítico serão introduzidas majoritariamente no Brasil e ganharam certa hegemonia no debate.

Destaca-se que, conjunturalmente, os anos de 1980 receberam a intensificação do processo inflacionário da crise da década anterior. Se arrastava com a intensificação da pauperização da população.

Este conjunto conduziu a gradual abertura política da ditadura empresarial-militar, caracterizada “como recurso contrarrevolucionário para que a burguesia brasileira não precisasse ceder completamente frente às reivindicações populares que paulatinamente ressurgiam na cena política do país” (Paula, 2021, p.116). Também, propiciou ao corpo profissional que aspirava os



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ares da reconceituação produzir uma crítica mais contundente e transformadora ao tradicionalismo profissional. Netto (2009) afirma que

A luta pela democracia na sociedade brasileira, encontrando eco no corpo profissional, criou o quadro necessário para romper com o quase monopólio do conservadorismo no Serviço Social: no processo da derrota da ditadura se inscreveu a primeira condição – a condição política – para a constituição de um novo projeto profissional (Netto, 2009, p.150).

Registra-se uma marca fundamental que se insere no projeto que se desenvolverá: a defesa da democracia e a luta contra o conservadorismo. É a marca renovadora do Serviço Social. Conjuntamente, ecoam no corpo profissional os interesses da classe trabalhadora posta à luta antagônica entre as classes, marcando sua nova posição ideopolítica. No bojo destas mudanças, com a proposta de se aproximar das demandas emergentes na realidade brasileira, emergem também as mobilizações em torno da questão da homossexualidade mais fortemente no Brasil. Nesse caminho, as pautas levantadas pelo movimento homossexual vão adentrar a categoria profissional e produzir no conjunto da categoria um acúmulo capaz de oferecer subsídios profissionais para o Serviço Social<sup>4</sup>.

Estas discussões vão potencialmente adentrar o interior da profissão, não de maneira espontânea e automática, mas provocada pelo movimento estudantil e por profissionais assistentes sociais que atuavam ou se relacionavam com nascente movimento homossexual, por vezes sendo uma pessoa LGBTQIA+. Relatos orais históricos apontam para a resistência interna do conjunto em se aproximar do debate, requerendo insistência cotidiana das assistentes sociais que militavam no campo da sexualidade.

Nesse caminho, as preocupadas investidas destas profissionais em apontar a emergência das vivências LGBT na realidade brasileira, ofereceram novos elementos para avançar na perspectiva profissional que vinha se consolidando na época, refletindo nas elaborações que se desenvolveram até os dias atuais. É fundamental demarcar este ponto, pois a inserção da temática nas lutas profissionais não se assentou em um voluntarismo, mas na percepção do movimento da realidade no cotidiano das intervenções profissionais e na consolidação de um projeto ético-político para a profissão. É, pois, na construção atenta deste novo projeto ético-político profissional que se abre a possibilidade de a categoria construir os enfrentamentos internos para avançar na apropriação e inserção do debate sobre a “novidade” da temática da

---

<sup>4</sup> Já na década de 1980 são relatadas oficinas temáticas sobre diversidade sexual no interior do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) (Cisne; Santos, 2018). Buscava-se construir análises que articulasse as questões emergentes do então movimento homossexual à perspectiva materialista que ganhava substância na profissão. Ressalta-se a importância do movimento estudantil na construção do debate no interior da profissão.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

homossexualidade<sup>5</sup>. Definitivamente foi a quebra com as outras perspectivas profissionais que pavimentou o caminho para inserção da temática nas frentes de defesa assumidas pela categoria. É, sem dúvidas, a apropriação crítica de bases marxistas que possibilitou a inserção e assimilação do conjunto da importância de construir a defesa da livre orientação sexual e de identidade de gênero – ainda que não tenha sido de forma instantânea, sendo necessário enfrentamento ideopolítico internamente na categoria, bem como no acúmulo das análises da temática que se apresentava de maneira ainda recente. Reforçamos que, sem apropriação das bases teórico-metodológicas em Marx, o Serviço Social brasileiro não assimilaria com tanta responsabilidade e compromisso ético-político a questão da diversidade sexual e identidade de gênero.

Cabe destacar que, um projeto profissional do Serviço Social não é novidade para a profissão. A discussão sobre ele, no entanto, só ganha visibilidade no processo de renovação por meio de sua crítica e recusa ao conservadorismo. Na análise do Serviço Social inserido na mediação entre as classes é que se manifesta à profissão sua direção sociopolítica. Como apontado, romper teórico-metodologicamente com o tradicionalismo conservador mobilizou conjuntamente um necessário reposicionamento ideopolítico. Afinal, aderir a uma proposta crítica profissional significa apreender plenamente a sua dimensão ideopolítica, produzindo na categoria profissional a capacidade de elaborar estratégias vinculadas ao projeto da classe trabalhadora (Paula, 2009). Essa ação tem caráter ético, pois pode ter capacidade de afastar o sujeito de sua singularidade e rearticular suas objetivações (Barroco, 2009)

Apoiada em uma nova perspectiva ética, o PEP vai compreender a construção da moral enquanto campo perpassado por interesses de classe e pela produção e reprodução das relações sociais em um determinado modo de produção material e espiritual da vida social (Barroco, 2005), sendo necessário disputá-la para construir um novo ethos profissional/social.

Marco significativo do avanço deste projeto foi, em 1993, a construção de um novo código superando as fragilidades do anterior<sup>6</sup>, ele representa o acúmulo teórico feito pela categoria. É fundamentado no acúmulo e amadurecimento teórico da tradição marxista que o código de 1993 demarca a reflexão sobre os valores para a profissão, expressando na ação profissional o imperativo de uma dimensão ético-política alinhada aos seus fundamentos.

Foi no reconhecimento do preconceito “relacionado à orientação sexual como uma realidade no Brasil, que, ao se desdobrar na vida cotidiana, assumia particularidades no universo

<sup>5</sup> À época, o termo homossexual encampava todas as expressões do hoje nomeado movimento LGBTQIA+.

<sup>6</sup> Ver mais em Abramides (2006); Iamamoto (2010)



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

profissional” o fio dos debates no interior da profissão (Santos, 2017b, p. 101). Por sinal, é este campo que estará expresso enquanto princípio no código de ética de 1993: “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar por questões de [...], opção sexual”, que à época era o termo utilizado para o que hoje nomeamos de Orientação Sexual.

Efetivamente, o CEP 1993 inaugurou um importante campo jurídico-político para inserção da questão LGBTQIA+ alinhada ao projeto ético-político que se consolidava. Defendemos que este vai ser o marco da inserção na agenda profissional do enfrentamento ao preconceito contra a orientação sexual e identidade de gênero e na luta pela liberdade na autodeterminação sobre estas mesmas experiências.

É necessário reafirmar que o PEP ganha hegemonia, no desenvolvimento histórico sinalizado até aqui, conjugando os esforços coletivos de profissionais organizados, em especial das entidades da categoria, bem como no processamento da realidade, demandas e aspirações da classe trabalhadora brasileira (Netto, 1999). Contudo, como posto à sociabilidade do capital, este projeto sempre esteve e permanece em disputa! Não diferente, também se coloca em disputa o comprometimento intelectual e político com o avanço da questão LGBTQIA+.

Desde seu tenro desenvolvimento, ao receber as investidas do neoliberalismo, até os dias atuais, com a intensificação das investidas neoliberais, ao anti-humanismo radical, o crescente conservadorismo, dentre outros, o PEP vem buscando nadar contracorrente e consolidar um perfil profissional alinhado com superação da sociabilidade do capital.

De um lado, percebe-se a hegemonia do PEP, por outro, vemos a crescente força e reação conservadora na realidade social, também diretamente à profissão. Fato é que nunca houve um expurgo do conservadorismo em nosso meio, afinal esta tendência é marca da realidade social no capitalismo que busca rejeitar toda e qualquer possibilidade da diversidade humana. Destacam-se forças conservadoras de todos os lados: seja pelo lastro das investidas pós-moderna, seja pelo lastro das investidas conservadoras no fenômeno do reacionarismo; é o anti-humanismo que desloca o humano para o discurso e o anti-humanismo e o seu irracionalismo anti-humanista.

As transformações que se seguiram especialmente a partir da década de 1990 apontaram fortes investidas contrárias ao PEP. Importante símbolo das possibilidades mais radicais da razão moderna, a teoria de Marx passa a ser duramente rejeitada sob o discurso de se basear em um modelo “determinístico e insuficiente para captar as expressões da subjetividade, da cultura, do simbólico, do imaginário, do cotidiano e das representações sociais” (Simionatto, 2009, p. 91). Buscam-se nos “novos paradigmas”, caminhos irracionistas e relativistas para compreensão da



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

realidade social e para “fazer ciência”. Conjunturalmente, vê-se a implementação das contrarreformas neoliberais, os ajustes econômicos, as intensivas privatizações e a redução do Estado, a desqualificação da política e da democracia. Busca-se suprimir o antagonismo entre projetos de classe distintos, na busca por consolidar um “consenso ativo” (Simionatto, 2009).

Por outro lado, no desenvolvimento da produção teórica no campo da diversidade sexual e de identidade de gênero, percebe-se certa hegemonia, no campo progressista, do pensamento pós-moderno, com crítica ao materialismo crítico-dialético, dando ênfase para a política, cultura e indivíduo; supervalorização da linguagem, a subjetividade, a realidade em sua imediaticidade e as expressões contemporâneas das violências produzidas, rejeitando as determinações objetivas e estruturantes desta sociedade do capital. Essa lógica vai consolidando o caminho para as concepções politicistas e culturalistas (Santos, 2019). Parece ter também consolidado o grande desacerto em deslocar o antagonismo entre as classes para o sujeito oprimido e suas expressões micropolíticas; esvaziando os fundamentos concretos da sociedade do capital e da luta de classes enquanto motor da história para o discurso, para o imediato, para o subjetivo e para a manipulação e fragmentação da história. Vão influir diretamente nos referenciais da produção do discurso hegemônico sobre a homossexualidade, na inauguração da sexologia como área de conhecimento (sendo um campo muito diverso e controverso) e nos debates da psicologia e filosofia que se consolidarão com o advento do século XXI e as expressões neoliberais.

Na contemporaneidade, percebe-se uma ampliação no tratamento teórico sobre a temática, com forte expressividade de uma combinação entre o discurso patologizante e as influências teóricas pós-modernas. Nos parece haver um consenso biologicista que define as condições de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Interssexuais, e outras expressões de orientação sexual e de identidade de gênero (LGBTQIA+), mais expressivo em normativas, leis e tratados nacionais e internacionais sobre a temática, e que aparece nos debates acadêmicos mais diversos. Por outro lado, como marca da perspectiva pós-moderna, percebe-se um avanço de estudos que coadunam traços diversos para uma leitura da questão LGBTQIA+ nacional e internacionalmente, com enfoque na narrativa, na performatividade, no simbólico, no discurso e na fragmentação de elementos da realidade. Importante destacar que, conjuntamente, percebe-se o fortalecimento e crescimento da perspectiva conservadora e reacionário sobre o tema, com forte expressão na nomeada “ideologia de gênero” e no aprofundamento das investidas anti-humanistas e anti-diversidade que os setores mais



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

reacionários têm realizado nos diversos países. Esta última, é característica histórica do movimento do capital que, em seus ciclos de crise, amplifica sua ofensiva à diversidade humana.

A seguir, apresentaremos alguns dados e análises relativas à produção intelectual e política do Serviço Social sobre a questão LGBTQIA+.

**3 SERVIÇO SOCIAL NA QUESTÃO LGBTQIA+:** produção de intelectual e política a partir dos encontros da categoria.

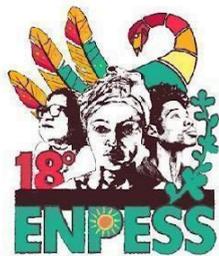
No campo da produção de conhecimento, houve um significativo avanço nas teses, dissertações, artigos, dentre outros. Essa produção em sua totalidade carrega um conteúdo significativo e fundamental para o progresso do PEP.

Ainda que de maneira discreta, a temática começa a se fazer presente na produção de conhecimento no Serviço Social em meados de 1995. No 8º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), registrou-se alguns trabalhos no campo da diversidade sexual, apontando um avanço na reflexão crítica no bojo das alterações de perspectivas da profissão (Marinho; Oliveira, 2016). Nos X e XI CBAS (2001 e 2004 respectivamente) a produção a respeito da temática ganha maior notoriedade, tendo registrado um número de inscrições de trabalhos sobre o tema (Marinho; Oliveira, 2016; Almeida, 2010).

Segundo levantamento de Duarte, Fernandes e Silva (2022), tendo como fonte de pesquisa os 21 periódicos da área de Serviço Social, entre 2010 e 2020, foram identificados 42 artigos especificamente sobre diversidade sexual e de gênero. Em uma breve pesquisa no catálogo de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES), é possível localizar, entre 2013 e 2023, aproximadamente 153 trabalhos, na área de conhecimento “Serviço Social”, entre teses e dissertações, a partir da busca com os temas mais gerais “Diversidade Sexual”, “Orientação Sexual” e “Identidade de gênero”.

Assim, sinalizamos que no interior da profissão foi possível perceber o avanço no interesse sobre a temática, mas ainda com tímida apropriação. Nesse passo, é importante sinalizar que o avanço da temática na agenda do conjunto veio acompanhado de significativos ataques à educação e ao processo de produção científica no país, bem como na precarização e desregulamentação do trabalho, inseridos no pacote da barbárie neoliberal.

Para analisar como tem se expressado intelectual e politicamente a categoria em relação à questão LGBTQIA+, utilizamos como fonte de pesquisa os trabalhos publicados nos anais das 15ª, 16ª e 17ª edições do CBAS, ocorrido em 2016, 2019 e 2022, respectivamente, e nas edições do



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

ENPESS ocorridas em 2018 e 2022, buscando identificar as tendências expressas nas produções dos profissionais nestes trabalho, nos textos que continham em seus títulos as seguintes expressões: “Orientação Sexual”, “Diversidade Sexual”, “LGBT”, “Lésbicas”, “Gay”, “Bissexual”, “Travesti”, “Transexual”, “Transgênero” e “Homossexual”, “Identidade de gênero”, “transfeminina” e “dissidências sexuais e de gênero”. Identificamos duas tendências teóricas de maior expressividade, sendo elas (1) tendência reformista e (2) tendência crítico-dialética.<sup>7</sup>

A primeira tendência expressa principalmente a perspectiva de que os ganhos políticos (direitos e políticas públicas), para além da dinâmica institucional, é o ponto mediador para o avanço da emancipação humana, na construção de forma desalienante das vivências da sexualidade. Nesse sentido, “tende a aprofundar estudos que respaldam a crítica à sociabilidade do capital” (Cruz, 2015, p.83).

A segunda tendência é a ideia de que a sociabilidade do capital pode se tornar “humanizada”. Essa perspectiva é bastante “diversa, mas o que a unifica, ou, ainda, o que vai torná-la identificável, é o seu horizonte de lutas: o vislumbre do MPC (Modo de Produção Capitalista) como o único possível” (Cruz, 2015, p.86). Essa tendência teve significativo ecletismo e caráter reformista.

Buscamos identificar quais os elementos de análise da realidade, os campos conceituais, o tratamento teórico dado, a construção da crítica e o método de análise.

Inicialmente apontamos para os números dos artigos submetidos aos eventos, a partir do recorte supracitado. Foram publicados 18 artigos no 15º CBAS, 35 artigos no 16º CBAS e 11 artigos no 17º CBAS, representando um crescente aumento no número de trabalhos publicados no evento. Nos ENPESS, foram encontrados 25 artigos publicados no evento de 2018 e 13 artigos no encontro de 2022.

No 15º CBAS analisamos dois (2) trabalhos exprimindo a tendência 1 e dezesseis (16) artigos que se vinculam à tendência 2. Ao nos aproximarmos dos trabalhos publicados no 16º CBAS, foi possível constatar que quatro (4) trabalhos representam a tendência 1 e o restante, trinta e um (31), se vinculam à tendência 2. No 17º CBAS, encontramos um total de 11 artigos. Dentre eles percebemos que dois (2) são contemplados na tendência 1 e oito (8) na tendência 2, um foi excluído da análise por não se vincular à temática estudada na presente pesquisa.

---

<sup>7</sup> Partimos dos apontamentos do estudo realizado por Cruz (2015), que teve por objeto analisar a “produção intelectual e política do serviço social brasileiro sobre a questão da diversidade sexual”, entre 1993 e 2013. A autora identificou e caracterizou duas tendências teóricas de maior expressividade, sendo elas (1) tendência reformista e (2) tendência crítico-dialética. Ambas as tendências foram identificadas na pesquisa do autor do presente artigo.

No decorrer da análise do 16º ENPESS, deparamo-nos com oito (8) trabalhos alinhados à tendência 1 e dezessete (17) artigos que aderem à tendência 2. Ao nos debruçarmos sobre os trabalhos apresentados no 17º ENPESS, observamos que quatro (4) trabalhos refletem a tendência 1, enquanto os nove (9) restantes podem ser identificados na tendência 2. Novamente, identificamos a notável prevalência da tendência 2.

Ainda, como também percebido em Cruz (2015), há uma certa hegemonia em a temática da livre orientação sexual e de gênero ser analisada a partir de outros referenciais que não os da tradição marxista. Aparecem, inclusive, muitos autores implicados em campos da pós-modernidade e do culturalismo. De outro lado, aparecem muitas referências da área de Serviço Social, demarcando significativa contribuição de assistentes sociais no debate, como as autoras Mirla Cisne, Silvana Mara de Moraes dos Santos, Bruna Andrade Irineu, e o autor Guilherme Almeida.

Esse cenário sugere uma dinâmica complexa de abordagens teóricas e metodológicas nos dois eventos, indicando a coexistência de diferentes perspectivas no campo do Serviço Social. Coexistência esta defendida pela categoria na perspectiva do pluralismo. Contudo, é fundamental destacar que o pluralismo não deve ser entendido como a possibilidade de construções analíticas sem parâmetros ou critérios, legitimando a combinação de diferentes vertentes que não convergem.

Esse contraste entre os eventos sugere a necessidade de uma análise mais aprofundada para compreender a dinâmica de produção de conhecimento no Serviço Social, bem como os referenciais e fontes de consulta teórica, que expressam as preferências teóricas e metodológicas dos pesquisadores no campo do Serviço Social. De todo modo, percebemos que, a partir dos elementos analisados, há uma prevalência da perspectiva 2. O que possibilita-nos afirmar que, no campo teórico-metodológico, a categoria tem produzido conhecimento sobre a questão LGBTQIA+ a partir de outras perspectivas que não no campo marxista/crítico-dialético, em dissonância aos referenciais que estruturam o projeto profissional.

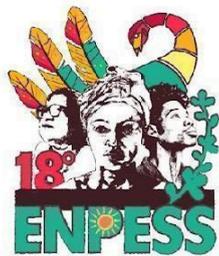
É significativo compreendermos essa dinâmica intelectual e política para compreensão dos projetos políticos que se desenvolvem em meio à categoria. É necessário reforçar: ainda que hegemônico, o projeto que se consolida na profissão desde o final da década de 1970 permanece em disputa. Enquanto bandeira de luta da profissão, é significativo nos ocuparmos em nos aprofundar na questão LGBTQIA+ a partir dos referenciais da teoria social crítica que sustentam o projeto profissional.

#### 4 CONCLUSÃO

É relevante destacar que o propósito não é fixar rigidamente a produção de conhecimento, mas sim compreender quais tendências teóricas mais se expressam. Com a presente caracterização, não buscamos a sectarização. O objetivo é identificar como a categoria tem se expressado ideológico e politicamente a partir da produção de conhecimento no que tange a temática. Vale reforçar que a produção de conhecimento na área é um dos pilares do PEP, portanto é fundamental analisar qual tem sido esta base, especialmente frente à contemporaneidade.

É imprescindível reafirmar que a fundamentação em Marx foi fundamental para que o Serviço Social brasileiro pudesse compreender a diversidade sexual e identidade de gênero no campo histórico e assumi-lo como defesa política para a profissão. Contudo, em nossa análise, parece-nos que o desenvolvimento de organização política das questões da diversidade sexual e de gênero foram marcadas pela recusa significativa da tradição marxista, reverberando na produção intelectual e política no contexto amplo, se expressando desta forma também no Serviço Social. Nesse sentido, retomamos as análises de Santos (2007), ao destacar a tendência de reprodução da crítica pós-moderna ao ideário moderno dentro da profissão. Segundo Santos (2007), em períodos de intensificação da crise do capital, a abordagem predominante na categoria profissional tem sido a adesão acrítica às demandas do mercado de trabalho que, no campo da sexualidade, inscrevem concepções a-históricas e destituídas da crítica aos desmandes sistêmicos.

Insistimos, sem a herança do materialismo histórico-dialético não seria possível compreender as determinações, na perspectiva de totalidade, das manifestações da desigualdade social e da opressão presentes na ordem heteropatriarcal-racista-capitalista (Cisne; Santos, 2018). É necessário reiterar que os fundamentos do Serviço Social crítico permanecem fundamentais na contemporaneidade, como instrumento para o enfrentamento do conservadorismo, bem como outras interpretações equivocadas da realidade, inclusive aquelas correntes que se inscrevem em bases marxistas



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, A. G. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. **O Novo Sindicalismo e o Serviço Social – trajetórias e processo de luta de uma categoria: 1978 – 1988**. São Paulo: Cortez, 1995.
- Disponível em:  
[https://www.academia.edu/10110584/O\\_Novo\\_Sindicalismo\\_e\\_o\\_Servi%C3%A7o\\_Social\\_Acesso em: 18 de dez. 2022](https://www.academia.edu/10110584/O_Novo_Sindicalismo_e_o_Servi%C3%A7o_Social_Acesso_em:_18_de_dez._2022)
- ABRAMIDES, M. B. C. **O projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro**. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006. Disponível em:<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/17800/1/Maria%20Beatriz%20Costa%20Abramides.pdf> Acesso em: 18 de dez. 2022.
- ALMEIDA, G. Notas preliminares sobre a produção acadêmica dos Assistentes Sociais sobre temas associados a direitos sexuais e direitos reprodutivos. In: **Anais do XIII Congressos Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS 2010)**. Brasília, 2010.
- BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BARROCO, M. L. S. Fundamentos éticos do Serviço Social. In **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. 2009. Disponível em:  
<https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8QQ0Gyz6x815V3u07yLJ.pdf> Acesso em: 08 de jun. 2022
- CISNE, M.; SANTOS, S. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.
- COWAN, B. Homossexualidade, ideologia e «subversão» no regime militar. In.
- CRUZ, D. E. S. **Uma gota no oceano: Análise da produção intelectual e política acerca da diversidade sexual no âmbito do Serviço Social brasileiro (1993-2003)**. Dissertação de Mestrado, UFRN, 2015. Disponível em:[https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/25129/1/DaniellaElanaDosSantosCruz\\_DISSERT.pdf](https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/25129/1/DaniellaElanaDosSantosCruz_DISSERT.pdf) Acesso em: 03 de nov. 2021
- DE OLIVEIRA, R. **“Nasci certo e estou errado”: A presença da eugenia no processo de institucionalização do Serviço Social brasileiro**. Tese de Doutorado. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/214968/PGSS0226-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 de ago. 2023.

DUARTE, M. J. O.; FERNANDES, C. P.; SILVA, M. S. Lutas Sociais e Serviço Social: a diversidade sexual na revisão da literatura profissional brasileira. In: **Anais do VII Seminário Internacional: Lutas sociais, Ofensiva Ultraneoliberal e Serviço Social: resistências e articulações internacionais**. V.4 n.1. Juiz de Fora: Faculdade Serviço Social. 2022. Disponível em :[https://www.ufjf.br/facsocial/files/2022/10/anais\\_vii\\_seminario\\_internacional-1.pdf](https://www.ufjf.br/facsocial/files/2022/10/anais_vii_seminario_internacional-1.pdf) Acesso em: 05 de mar. 2023

HALL, S. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Org. Liv Sovik. Belo Horizonte: UFMG, 2003

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A EDITORA, 2006. Disponível em: [https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/kupdf-com\\_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf](https://leiaarqueologia.files.wordpress.com/2018/02/kupdf-com_identidade-cultural-na-pos-modernidade-stuart-hallpdf.pdf). Acesso em: 12 de jun. 2023.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, M. V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41 ed. São Paulo: Cortez, 2014a.

IAMAMOTO, M. V.; SANTOS, C. M. **A história pelo avesso: a reconceituação do Serviço Social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez Editora, 2021

MARINHO, S. OLIVEIRA, B. O campo dos direitos LGBT como espaço sócio ocupacional emergente do Serviço Social. In: **II Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais do Rio de Janeiro: 80 anos do Serviço Social no Brasil**, 2016. Disponível em <http://www.cressrj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/130.pdf>. Acesso em: 28 de mai. 2020

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J. P. O movimento de reconceituação 40 anos depois. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 84, p. 5 – 20, 2005. Disponível em: <http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/servico-social-i-2018.2/o-movimento-de-reconceituacao-40-anos-depois-j-p-netto/view>. Acesso em: 20 de dez. 2022

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

PAULA, L. G. P. de. **Estratégias e táticas: reflexões no campo do Serviço Social**. 2ª ed. Curitiba: CRV, 2021.

QUINALHA, R. H. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. 329 f. (Tese de doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, 2017. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-20062017-182552/publico/Renan\\_Honorio\\_Quinalha.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-20062017-182552/publico/Renan_Honorio_Quinalha.pdf). Acesso em: 22 de nov. 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

SANTOS, S. M. M. Luta de classes e a questão da diversidade humana: debate atual e perspectivas político-teóricas. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 17, n. 32, p. 68-87, 2019. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/28303>. Acesso em: 22 de nov. 2023.

SANTOS, S. M. M. Módulo 3 Ética e Direitos Humanos. In. **Ética em Movimento Curso de Capacitação para Agentes Multiplicadores/as**. Brasília: CFESS, 2017b. Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Modulo03-EticaMovimento-Ebook2022.pdf>. Acesso em 03 de nov. 2023

SIMIONATTO, I. As expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-política. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília (DF): CFESS; ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/expressoes-ideoculturais-da-crise-capitalista-na-atualidade-e-sua-influencia-teorica-pratica-201608200510070371440.pdf>. Acesso em 08 de out. 2023.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2003.